

PELO QUE SE TEM VISTO, LIDO E OUVIDO ULTIMAMENTE, PARECE QUE PORTUGAL DESCOBRIU A EXISTÊNCIA, NA BÍBLIA, DE UM AUTOR POLARIZADOR E POLÉMICO.



**Quem foi este
homem?
O que pensar
dos textos
que escreveu?**

São Paulo

PAULO é, na verdade, o único autor do Novo Testamento a cuja identidade podemos associar uma biografia real, mas a reconstrução da sua biografia esbarra de imediato contra um célebre problema: a discrepância entre aquilo que é dito sobre Paulo nos Actos dos Apóstolos e aquilo que Paulo diz sobre si próprio nas suas cartas autênticas. Este problema influi no grau de credibilidade que podemos adscriver aos dados que nos chegaram sobre a biografia de Paulo exclusivamente via Actos dos Apóstolos. Isto porque a lógica mais básica nos exige que pelo menos equacionemos a hipótese de estarem errados os elementos biográficos sobre Paulo em Actos quando estes colidem com o que é escrito pelo próprio Paulo nas suas cartas.

Assim, para muitos estudiosos atuais, a metodologia crítica mais defensável na abordagem à biografia de Paulo implica dar primazia à credibilidade de Paulo nos pontos em que há contradição entre as cartas autênticas de Paulo e outras fontes.

O autor de Actos é claramente um admirador incondicional de Paulo, a ponto de estranharmos, até, o título que, mais tarde, foi dado à obra: seria bem mais consentâneo com o conteúdo do livro o título «Actos do Apóstolo». Paulo é o herói do livro atribuído a Lucas – na verdade, para o autor de Actos, Paulo é uma figura nada menos que heroica: autor de curas milagrosas (16:16-18), de espantosos exorcismos (19:11-12) e dono de poderes que lhe permitem falar ininterruptamente uma noite inteira ou até ressuscitar

um morto (20:7-12). Estes dons extraordinários nunca são referidos (decer-to por modéstia) nos textos assinados pelo próprio Paulo.

Além destas informações sobre Paulo, estamos também dependentes do livro de Actos para outras que não encontramos alhures. Assim, é somente o livro de Actos a dizer-nos que Paulo era cidadão romano (22:22-29) e que era natural da cidade de Tarso (22:3); só o livro de Actos nos diz que ele se chamava Saulo antes de passar a ser conhecido como Paulo; só o livro de Actos nos diz que ele estudou em Jerusalém com Gamaliel (22:3) e que tinha a profissão de «skênopoiós» («fazedor de tendas», 18:3); só o livro de Actos nos fala da famosa «Estrada» de Damasco.

Outra questão curiosa que se nos depara quando fazemos a leitura comparativa do livro de Actos e das cartas de Paulo é que o autor dos Actos dos Apóstolos, escrevendo já depois da morte de Paulo, não dá a mínima mostra de conhecer a epistolografia paulina e nunca nos mostra Paulo a escrever (ou a ditar) uma única carta. Este facto causa perplexidade já desde o século XIX. Como explicar que «Lucas», alegado companheiro de Paulo nas suas viagens, parece nunca ter lido a produção escrita do seu herói?

No século XIX iniciou-se na Alemanha o estudo crítico da epistolografia de Paulo; e uma das primeiras conclusões a que se chegou foi que o cânone do Novo Testamento contém uma série de cartas que, apesar de proclamarem a sua autoria paulina, não

podem ter sido escritas por Paulo. Ou porque o estilo grego e o vocabulário em que estão escritas nada tem a ver com o estilo de Paulo nas cartas autênticas; ou porque são textos que pressupõem realidades históricas que só ocorreram depois da morte de Paulo; ou ainda porque copiam e plagam de forma tão canhestra textos autênticos de Paulo que é inverosímil ter sido o próprio apóstolo a escrevê-las. Esta observação permite-nos já registar o seguinte facto: Paulo é senhor de um estilo grego único, expressivo – eu diria mesmo arrebatador. Podemos lê-lo sem concordar com uma única palavra que ele escreveu, mas temos de reconhecer que a escrita em si é supremamente convincente.

Os problemas complexos, levantados pelo corpus paulino, suscitaram respostas diferentes da parte dos melhores especialistas no século XIX. No seu livro de 1852 («Kritik der paulinischen Briefe»), Bruno Bauer optou pelo método de Alexandre Magno perante o nó górdio, argumentando que todas as cartas de Paulo que se encontram no Novo Testamento são falsificações escritas no século II, razão pela qual não temos maneira de aceder ao pensamento verdadeiro do apóstolo. Assim, para Bauer era inevitável que o autor de Actos mostrasse desconhecer as cartas de Paulo, uma vez que estas ainda não tinham sido escritas em nome do apóstolo quando o livro de Actos foi composto.

No entanto, o método de análise que permite fazer a triagem entre Paulo e Pseudo-Paulo assenta na premissa de que há um grupo de cartas

paulinas do Novo Testamento ao qual é possível reconhecer o selo da autenticidade. Basta alguém não aceitar essa premissa para o corpus estar de novo vulnerável a quem queira argumentar, como fizera Bruno Bauer no século XIX, que todas as cartas são pseudo-paulinas. É por isso que, em 1995, o teólogo alemão Hermann Detering pôde recuperar a abordagem de Bauer, voltando a construir um edifício argumentativo para propor novamente a tese de que todas as cartas de Paulo no Novo Testamento são falsificações (trata-se do livro «Der gefälschte Paulus»).

Para lá da questão de como identificar as cartas autênticas de Paulo, há a realidade extra-académica de que, nas igrejas do mundo inteiro, todas elas (tanto as autênticas como as pseudo-paulinas) continuam a ser lidas como textos canónicos e inspirados. É nelas que assenta, a par dos quatro evangelhos, a religião cristã. Acima referimos o poder da escrita de Paulo: na verdade, são textos a que ninguém consegue ficar indiferente. As cartas de Paulo são suscetíveis de despertar tanto a maior adesão como o maior repúdio.

Há um facto de que não podemos fugir: lidas, hoje, no contexto social e político dos nossos dias, estas cartas levantam problemas que não se colocavam no século XVI, quando foram «redescobertas» no seu potencial renovador e lidas com o maior encantamento possível por todos os protagonistas da Reforma protestante. A aceitação da escravatura, que perpassa de modo implícito e explícito na

epistolografia de Paulo (tanto na autêntica como na pseudo-paulina – embora mais nesta última), justificou, durante os duros debates oitocentistas sobre a abolição da escravatura, a posição dos que queriam manter o status quo, permitindo-lhes argumentar com base em passagens de Paulo (hoje maioritariamente atribuídas a Pseudo-Paulo) que o sentimento abolicionista era anticristão.

No século XXI, somos também obrigados a refletir criticamente sobre o facto de as cartas (pseudo-)paulinas exprimirem pontos de vista que legitimaram durante séculos a subalternização da mulher em relação ao homem, ao mesmo tempo que continuam a dar justificação às hierarquias cristãs que pretendem impedir as mulheres de aceder à carreira sacerdotal. Também o facto de Paulo ter escrito que os homossexuais «não herdarão o reino de Deus» (1 Coríntios 6:9) e que são «merecedores de morte» (Romanos 1:32) coloca, ainda hoje, o cristianismo numa situação de desfasamento retrógrado relativamente a direitos consignados constitucionalmente em todos os países governados segundo o modelo da democracia ocidental.

Referir a palavra «democracia» suscita, já agora, o problema de o comportamento preconizado por Paulo face às autoridades civis (Romanos 13:1-7) ter servido, durante séculos, para refrear movimentos de con-

testação política vindos de pessoas cristãs; e justificou, tanto para a Igreja como para as hegemónias políticas, o casamento de conveniência entre catolicismo e ditadura a que assistimos, no século XX, em Portugal, em Espanha e em quase todos os países da América Latina. Já em pleno século XXI, algumas igrejas evangélicas americanas ainda se serviram destas palavras de Paulo para apoiar o presidente George Bush na invasão do Iraque.

Assim, não há como negar que o confronto com as cartas de Paulo tem de ocupar uma posição fulcral na compreensão daquilo que foi a história do cristianismo. Paulo marcou indelevelmente a religião cristã (até porque as suas epístolas, cronologicamente anteriores aos quatro evangelhos, são os primeiros documentos que nos chegaram do cristianismo). Por isso, estamos obrigados a dialogar com este apóstolo – por vezes inspirador, por vezes intratável – cujos escritos continuam a interpelar-nos e a lançar-nos grandes, difíceis perguntas.

Muitos de nós sentiremos, talvez, que não temos resposta para Paulo. Ou sentiremos, então, que a melhor resposta que podemos dar-lhe é empenharmo-nos a sério na leitura dos seus escritos. Com admiração (porque, enquanto homem extraordinário e escritor fascinante, ele a merece); mas também com exigência e imparcialidade.

(na imagem: São Paulo por Simon Vouet)

FREDERICO LOURENÇO. Escritor, tradutor e professor universitário. Especialista de línguas e literaturas clássicas, em particular de grego clássico. Prémio Pessoa 2016.

<https://www.facebook.com/frederico.maria.lourenco/posts/397700135052763> (25.08.2021)

Crescimento e criatividade

Os evangelhos oferecem-nos diversas chaves para podermos entender como as primeiras comunidades cristãs iniciaram o seu percurso histórico, sem a presença de Jesus à frente dos seus seguidores. Talvez não tivesse sido tão simples como, às vezes, imaginamos. **Como entenderam e viveram eles a sua relação com o Mestre, uma vez desaparecido da terra?**

Mateus não nos diz uma palavra sequer sobre a sua **ascensão** ao céu. Termina o seu evangelho com uma cena de despedida, numa montanha da Galileia em que Jesus lhes faz esta solene promessa: “Sabei que estarei convosco todos os dias, até ao fim dos tempos”. Os discípulos não sentirão a sua ausência. Jesus estará sempre com eles. Mas como?

Lucas oferece-nos uma visão diferente. Na cena final do seu evangelho, Jesus “separa-se dos discípulos subindo aos céus”. Estes veem-se forçados a ter de aceitar, com todo o realismo, a separação: **Jesus vive já no mistério de Deus. Mas sobe para o Pai “abençoando” todos os seus.** Os seus seguidores iniciam o seu percurso, protegidos por aquela bênção com que Jesus curava os enfermos, perdoava aos pecadores e acariciava as crianças.

O evangelista João põe na boca de Jesus umas palavras que sugerem outra chave ou solução. Ao despedir-se dos seus, Jesus diz-lhes: “Vou para o

Pai e vós ficais tristes... E contudo, é conveniente que eu vá, a fim de receberdes o Espírito Santo”. A tristeza dos discípulos é compreensível. Anseiam pela segurança que lhes dá o facto de terem Jesus sempre junto de si. **É a tentação de viverem de forma infantil, debaixo da proteção do Mestre.**

A resposta de Jesus revela-nos uma sábia pedagogia. **A sua ausência fará crescer a maturidade dos seus seguidores.** Deixa-lhes a marca do seu Espírito. Será ele que, na sua ausência, promoverá o crescimento responsável e adulto dos seus discípulos. E é bom recordá-lo, nestes tempos em que parece crescer entre nós o medo à criatividade, a tentação do imobilismo, ou a nostalgia dum cristianismo pensado para outros tempos e outras culturas.

Nós, cristãos, caímos mais do que uma vez, ao longo da história, na tentação de vivermos o seguimento de Jesus numa forma infantil. A festa da Ascensão do Senhor recorda-nos que, terminada a presença histórica de Jesus, vivemos “o tempo do Espírito”, tempo de criatividade e de crescimento responsável. O Espírito proporciona-nos a nós, seguidores de Jesus “receitas eternas”. Dá-nos luz e força para irmos em busca de caminhos sempre novos, a fim de reproduzirmos, hoje em dia, a sua atuação. Deste modo nos conduz para a verdade completa de Jesus.

JOSÉ ANTONIO PAGOLA

<https://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/554640-crescimento-e-criatividade> (06.05.2016)

Três urgências para debater na Igreja

Existem urgências que não podem ser postergadas para um qualquer futuro. São, certamente, muitas, mas destaco, apenas, três: a **presença da mulher na Igreja, a admissão de pessoas casadas ao sacramento da ordem, a reforma litúrgica**", escreve **ENZO BIANCHI**, monge italiano fundador da Comunidade de Bose, em artigo publicado por ***Vita Pastorale***, abril de 2022.

Na nossa tentativa de seguir o **caminho sinodal**, depois de refletir sobre as três palavras-chave entregues pelo papa Francisco à Igreja (comunhão-participação-missão), chegámos a indicar uma urgência que deve preceder o confronto sinodal sobre os vários temas: a urgência da **inculturação** do Evangelho nas diversas terras do mundo. Se o **Sínodo** não assumir a convicção de que é um direito dos povos e das culturas encarnar o Evangelho, expressando-se com uma liturgia, uma teologia, uma espiritualidade própria e específica, todos os esforços investidos no tratamento dos diversos temas serão **estéreis**.

A **Igreja Católica** - e compreendendo o seu temor - deve reconhecer o

direito à **pluralidade** de formas com que se pode confessar Jesus Cristo; deve permitir que os cristãos das várias áreas culturais do mundo, percorram os seus **próprios caminhos**, preservando a necessária unidade na fé. A Igreja, portanto, deve acolher a diversidade, a diferença, em tudo o que não é essencial para se ser discípulo de Jesus Cristo. Não só acabou a cristandade, acabou a era de uma Igreja uniforme, de uma Igreja que não reconhece ser "Igreja de Igrejas".

Nas últimas duas décadas, deveríamos ter aprendido com os **Sínodos** celebrados, que não se pode alcançar posições universais, aquelas expressas pela **Sé petrina**, mas que deveríamos, antes, obedientes à busca e ao esforço dos Padres sinodais, chegar a decisões que digam respeito a algumas Igrejas, a algumas regiões, sem envolver toda a Igreja.

Certamente, não me refiro a uma Igreja das nações, mas a uma "**Igreja de Igrejas**" que saiba acolher e ordenar liturgias diferentes, teologias diferentes, disciplinas eclesiais diferentes. É necessário interromper, quanto antes, este modo de proceder, o mesmo de sempre, pelo qual, no **Sínodo**, prevalece apenas o universal deliberado e normalizado pela cátedra romana. As **Igrejas locais**

devem ser reconhecidas como sujeitos de direito de iniciativas eclesiais e não, apenas, como circunscrições administrativas. E no **Sínodo** devem poder **exprimir-se**, pedir e obter o que julgarem necessário para a sua missão, recebendo a aprovação das outras Igrejas. Continuo convencido de que, sem esta subjetividade das Igrejas locais, o **Sínodo da Igreja universal** muito pouco poderá avançar.

De qualquer forma, nos últimos meses, têm aparecido numerosas contribuições teológicas sobre o **caminho sinodal**, ou melhor, sobre a **sinodalidade**, que aludem de modo insistente, à **escuta** como uma necessidade, especialmente na primeira fase do **Sínodo**. Somente a vida monástica e religiosa permaneceu em silêncio, como se não tivesse nada a dizer, como se **não acreditasse** no Sínodo, ou como se o Sínodo não lhe dissesse respeito. Mas são muito poucas as tentativas de delinear temas a serem confrontados, discernidos e eventuais deliberações sinodais, talvez, também, devido a intervenções episcopais que, sobretudo, na Itália congelaram o debate na raiz.

Foi dito logo que não se deveria seguir o **caminho do Sínodo da Alemanha**, com os temas que lá são debatidos, porque aqueles temas não nos pertencem; foi dito que o **Sínodo** não deve ser um lugar de reivindicações eclesiais e que os temas urgentes são: o primado da palavra de Deus na Igreja, os pobres, os migrantes, os desempregados, a condição dos jovens, a ecologia... certamente temas

que hoje consideramos **decisivos para a vida cristã** no mundo, em solidariedade com a humanidade. Mas gostaria de salientar que esses temas já foram tratados num **Sínodo** (palavra de Deus, evangelização, jovens), ou são temas assumidos com responsabilidade por todas as Igrejas. Para mim, julgo que existem, pelo contrário, urgências que não podem ser postergadas para um qualquer futuro.

São certamente muitas, mas destaco apenas três: a **presença da mulher na Igreja, a admissão de pessoas casadas ao sacramento da ordem, a reforma litúrgica**.

Quanto à **presença das mulheres na Igreja**, já há tempos que está a acontecer a sua fuga silenciosa dos espaços eclesiais (cf. *A. Matteo, La fuga dele quarantenni*), porque estão convencidas de que a sua **dignidade** não é reconhecida, permanecem como "auxiliares" dos clérigos, e quando chega a altura de tomar decisões, nunca se lhes pede a sua opinião... Nas últimas décadas, a partir de João Paulo II, as mulheres são, muitas vezes, evocadas no espaço eclesial, louvadas, elogiadas, cantadas como sendo a imagem ideal da noiva e da mãe, mas isso acaba por ser uma forma de delas **zombar**. Quanto mais são cantadas, tanto menos são reconhecidas, concretamente, na vida quotidiana eclesial.

Foi, inclusive, inventado no imaginário masculino clerical o princípio "**Mariano-Petrino**": inconsistente parábola de uma polaridade masculino-feminino, porque **Maria e Pedro**

não estão no mesmo plano. No plano simbólico, **Maria** é filha de Sião, figura de Israel e da Igreja, enquanto **Pedro** não é figura, é um ministério entre outros ministérios pedidos na Igreja por Jesus, o Senhor. Por que recorrer a tão **monstruosa imagem? Maria pode** ser definida mãe da Igreja, mas **Pedro** não pode ser definido pai da Igreja! Portanto, nenhuma leitura simbólica - seria impossível - porque os símbolos ligam, unem realidades semelhantes, não diferentes. Precisamente por isso, também, é **incongruente** comparar **Pedro** e **Maria**, para identificar qual dos dois é mais importante: são **realidades diferentes**, não comparáveis! E, além disso, hoje não me parece apropriado fixarmo-nos na **polaridade masculino-feminino**, sabendo como as ciências humanas discutem o tema, na tentativa de libertar de tantas jaulas e escravidões os que estão aprisionados por ela.

Convenhamos: hoje, a **Igreja Católica**, como todas as **Igrejas Ortodoxas**, não se sente disposta a conferir o sacramento da **ordem às mulheres**. A declaração de João Paulo II, *Ordinatio sacerdotalis*, foi confirmada por Bento XVI e, também, por Francisco. Nem mesmo o diaconato, que parecia uma possibilidade, figura como tema a ser abordado no **Sínodo**. Apenas a **Igreja da Alemanha** apresentou uma proposta, para a qual foi fortemente declarada a **indisponibilidade**. E então? Acredito que seja, porém, necessário discutirmos a **presença das mulheres na Igreja**, que se tenha a cora-

gem de fazer escolhas proféticas, que se possa, como na Igreja nascente, criar ministérios em que as **mulheres** encontrem um reconhecimento de **dignidade**, de **vocação** e de **missão** como os homens. Certamente, será necessário compreender que a forma atual dos ministérios ordenados é fruto das escolhas da Igreja nascente e da tradição, e que, portanto, pode ser alterada pela própria Igreja.

Outro tema sinodal é o da admissão de **peessoas casadas** ao sacramento da ordem. E aqui há pouco a dizer, porque se trata, apenas, de mudar uma disciplina da Igreja latina, enquanto as Igrejas católicas do Oriente já reconhecem um ministério **casado**. O **celibato** é um dom, uma graça preciosa que o Senhor concede à Igreja, mas não deve ser **imposto** como lei àqueles que a Igreja pode chamar como pastores do rebanho. A possibilidade de permitir o acesso de pessoas **casadas** ao sacerdócio ministerial, deve ser oferecida, não porque faltam presbíteros, mas para afirmar a **liberdade** do dom do Espírito, também para aqueles que são chamados a governar o povo de Deus, sem terem recebido o carisma do celibato para o Reino!

Quanto à urgência de uma **reforma litúrgica**, ou melhor, de uma retoma da reforma iniciada com o **Vaticano II**, devem ser abertos os canteiros da obra, não se deve viver com medo de divisões e cismas, mas aprender a viver a **pluralidade** das expressões litúrgicas.